

EM QUE MEDIDA ENGELS CONTRIBUIU PARA A CRÍTICA DA POLÍTICA NO MANIFESTO?

¿EN QUÉ MEDIDA CONTRIBUYÓ ENGELS CRÍTICA DE LA POLÍTICA EN EL MANIFIESTO?

TO WHAT EXTENT ENGELS CONTRIBUTE TO THE POLICY CRITICISM IN THE MANIFESTO?

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.39196>

Júlio César Villela da Motta Filho¹

Resumo: No presente artigo, pretendemos traçar qual a participação de Engels para a crítica da política presente no *Manifesto do Partido comunista*. Tendo em vista que o texto foi escrito tanto por Marx como por Engels, tem-se que para se aproximar da contribuição deste, necessário retomar, principalmente, o texto *Princípios básicos do comunismo*. Afinal, este foi escrito somente por Engels. Teria ele trazido a crítica da política da mesma forma como é abordada no *Manifesto*?

Palavras-chave: Marx, Engels, Manifesto, crítica da política.

Resumen: En este artículo pretendemos esbozar cuál fue la participación de Engels para la crítica de la política presente en el Manifiesto del Partido Comunista. Teniendo en cuenta que el texto fue escrito tanto por Marx como por Engels, es necesario acercarnos a su contribución, es necesario volver, principalmente, al texto *Principios básicos del comunismo*. Después de todo, esto fue escrito solo por Engels. ¿Él trajo críticas a la política de la misma manera que se aborda en el Manifiesto?

Palabras clave: Marx, Engels, Manifiesto, crítica de la política.

Abstract: In this article, we intend to outline what was Engels' participation for the critique of politics present in The Communist Manifesto. Given that the text was written by both Marx and Engels, to get closer to his contribution, it is necessary to return, mainly, to the text *Basic principles of communism*. After all, this was written only by Engels. Did he bring criticism of politics in the same way as it is addressed in the Manifesto?

Keywords: Marx, Engels, Manifesto, critique of politics.

Introdução

Após o II congresso da Liga dos Comunistas, realizado em “entre 29 de novembro e 8 de dezembro de 1847” (NETTO, 1998?), Marx e Engels foram incumbidos de criar um programa teórico e prático para a organização (ENGELS; MARX, 2010, p. 75). Da tarefa, adveio, primeiramente um texto escrito unicamente por Engels — *Princípios básicos do comunismo* — e, posteriormente, escrito pelos dois, o *Manifesto do Partido Comunista*. Por sua proximidade histórica com diversas revoltas/revoluções que sacudiram a Europa em 1848, pela grandiosidade de seu conteúdo — até mesmo, por expressar e alavancar o momento “dos comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo” (ENGELS; MARX, 2010, p. 39) — o *Manifesto* se tornou um colosso na história. Neste, segundo Lukács, é exposto, pela primeira vez, a ideologia do proletariado revolucionário (LUKÁCS, 1959, p. 43).

Porém, além dessa brevíssima introdução, não nos ateremos propriamente ao processo de aproximação de Marx e Engels à liga dos comunistas (cf. HAROLD, 2010) ou mesmo ao contexto histórico europeu cujo texto se inseriu (cf. CLAUDIN, 1985). Limitar-nos-emos a pontuar que – e o que deveria ser óbvio – Marx e Engels são autores diferentes. Estes dois autores, cujas diferenças foram vulgarizadas por décadas, apresentam não poucas distinções em suas obras (Cf. PAÇO CUNHA, 2015). Suas contribuições não podem ser tratadas como uma mera reprodução ou continuação uma da outra.

Aos fins pretendidos, teremos as seguintes perguntas como definidoras do norte do trabalho: Qual a participação de Engels na produção do texto? *Mais especificamente, qual a participação de Engels para a crítica da política presente no texto?*

Da pergunta exposta, porém, outra pode saltar imediatamente aos olhos do leitor: seria possível determinar precisamente qual o grau desta contribuição? Afinal, diferentemente de textos como a *Sagrada Família*, por exemplo, em que é possível saber exatamente qual parte/trecho é escrita por Marx ou por Engels, no *Manifesto* isso ocorre. Outra questão que pode vir à tona é: não teria sido a dúvida norteadora do trabalho já respondida? Autores como José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho afirmam que, efetivamente, a maior contribuição na confecção do *Manifesto* foi dada por Marx. Nesta visão, Engels teria uma importância subsidiária ao texto confeccionado. Netto afirma, por exemplo, que: “Não há dúvida, à vista da documentação hoje disponível, que, embora fruto da colaboração de ambos, a expressão literária do texto é quase totalmente da responsabilidade de Marx [a forma manifesto, aliás, foi sugerida por Engels]” (NETTO, 1998?). O próprio Engels, no prefácio à edição alemã de 1883, em luto pela morte do amigo de uma vida toda, afirma que “A ideia fundamental que percorre todo o Manifesto (...) este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente à Marx.” (ENGELS, 2010, p. 74).

Por último, justamente sobre a questão da crítica no *Manifesto* Maximilien Rubel afirmou que Engels, em *Princípios Básicos do Comunismo*, “casi no menciona el problema del poder en la nueva sociedad”² (RUBEL, 1957, p. 222). O autor parece se aproximar da questão que pretendemos analisar aqui, sobre a crítica da política no *Manifesto*, mas não a demonstra em sua concretude. Primeiramente afirma que Marx:

[...] con una discreción casi total en lo que concierne a la organización de la sociedad comunista, esboza en cambio una concepción del poder proletario que contiene en germen su futura teoría: "Constitución del proletariado en clase, supresión de la dominación burguesa, conquista del poder político por el proletariado"³. (RUBEL, 1957, p. 222)

Assim, para Rubel, Marx esboça de maneira mais clara o modo como o poder político deveria ser conquistado e utilizado pelo proletariado em relação a Engels. Além dessa própria conquista do poder político, Rubel afirma que essa elucidação de Marx tem em vista “llenar la laguna dejada por Engels en cuanto al verdadero carácter del poder político instaurado por el proletariado triunfante: (...) a una preocupación constante: la de no perder de vista el vicio constitutivo de todo poder político, la alienación humana.”⁴ Assim, Marx percebendo a lacuna deixada por Engels em seu esboço do *Manifesto*, traz de maneira mais explícita o modo como o poder político se relacionaria com o poder revolucionário. Tendo percebido que é Marx a fazer com que o texto, mesmo diante de um contexto revolucionário, não perdesse de vista que mesmo o poder político pudesse ser

conquistado pelo proletariado, este poder ainda traria um caráter de alienação humana. Alienação presente na própria gênese da política, como demonstraremos no decorrer do trabalho.

Rubel, pois, parece se aproximar do problema tratado, mas não chega a demonstrar as supostas lacunas presentes no texto de Engels, nem o modo como a crítica da política efetivamente se apresenta no *Manifesto* e se relaciona com os *Princípios básicos do comunismo*.

O *Manifesto* é absolutamente claro em afirmar que “Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecem os antagonismos de classes e toda produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, **o poder público perderá seu caráter político.**” (ENGELS, MARX, 2010, p. 58, **grifos nossos**). Teria, o texto de Engels, o mesmo teor e a mesma profundidade da crítica da política presente no *Manifesto*?

Para analisar o problema exposto, teremos como metodologia a crítica imanente de Lukács (cf. LUKÁCS, 1959) e a análise imanente ou estrutural de Chasin (CHASIN, 2009, p. 25). Tal metodologia, nas palavras do próprio Chasin:

Tal análise, na melhor tradição reflexiva, encara o texto — a formação ideal — em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as suas eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. (CHASIN, 2009, p. 25)

A metodologia, como a exposição até aqui já deixa claro, focará, principalmente os *Princípios Básicos do Comunismo*, buscando compreender o modo como a categoria da política e, mais especificamente, a crítica da política se engendra ou não neste texto, tendo por base de comparação o *Manifesto*.

A questão da política, do poder político e do Estado percorre todo o texto de Engels, assim como o *Manifesto*. Com o objetivo de meramente facilitar a exposição — e não de criar qualquer qualquer tipo de recorte rígido — dividiremos em dois tópicos o aspecto da política: a) política e o desenvolvimento do proletariado e da burguesia; b) política, poder político e revolução e, por fim, já inclusive adiantando nossa conclusão ao leitor, c) Marx – o contribuinte da crítica da política no *Manifesto*.

Política e o desenvolvimento do proletariado e da burguesia

Em os *Princípios Básicos do Comunismo*, o desenvolvimento das relações de produção burguesa, da burguesia e do proletariado aparecem de maneira bastante imbrincada, tal como no *Manifesto*. Analisando primeiramente o texto escrito apenas por Engels, percebe-se que o capitalismo se consolida com a substituição manufatura pela grande indústria ocasionada, principalmente pela revolução industrial. Isso propiciou que a burguesia desenvolvesse “no mais alto grau, a sua riqueza e o seu poder (...). A consequência disto foi que, em toda a parte onde isso aconteceu, a burguesia **tomou nas suas mãos o poder político** e desalojou as classes até então dominantes: a aristocracia, os burgueses das corporações e a monarquia absoluta que os representava a ambos.” (ENGELS, 1982, grifo nosso). A tomada do poder política pela burguesia aparece, pois, como uma “consequência” do desenvolvimento das relações econômicas burguesas. Ou seja, o poder político burguês só foi possível como uma consequência do poder econômico.

Tal tomada do poder político das classes que o detinham anteriormente, tornou os burgueses “a primeira classe do país.” (ENGELS, 1982).

Em outro trecho, o modo como a conquista do poder político é efetivada posteriormente aparece ainda mais clara:

A livre concorrência é, porém, necessária para o começo da grande indústria, porque é o único estado da sociedade em que a grande indústria pode crescer. A burguesia, depois de ter aniquilado por esta forma o poder social da nobreza e dos burgueses das corporações, aniquilou-lhes também o poder político. Assim como na sociedade se elevou a primeira classe, proclamou-se também como primeira classe politicamente. (ENGELS, 1982)

A livre concorrência e a grande indústria, antes mesmo da conquista do poder político, são “a(s) forma(s)” pela qual a burguesia “aniquila o poder social” das outras classes. Depois, “aniquilou” também o poder político destas classes. De modo bastante próximo, a questão é tratada pelo *Manifesto*: “A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado.” (ENGELS; MARX, 2010, p. 51). Também, o *Manifesto* traz, de maneira aproximada, o modo como a burguesia coloca-se em disputa contra as antigas classes dominantes, destruindo as relações feudais:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuída e brutal. (ENGELS; MARX, 2010, p. 42)

Efetivamente, há um claro “estilo literário” (SILVA, 2002, p. 105-106) bastante próprio no *Manifesto*. Mas, de maneira geral, sobre o modo pelo qual a burguesia torna-se classe dominante, há uma proximidade grande entre o texto de Engels e o escrito em coautoria com Marx. Além disso, o *Manifesto* traz um importante apontamento sobre a ascensão burguesa: o desenvolvimento das relações de produção burguesa necessita do trabalho assalariado. Ou seja, nas palavras do próprio texto, “Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital.” (ENGELS; MARX, 2010, p. 46). Separado dos meios de produção, o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho.

Da mesma maneira, Engels, sozinho, já coloca de maneira clara o mesmo que é afirmado no *Manifesto*: “Em terceiro lugar, ela [a revolução industrial] desenvolveu por toda a parte o proletariado na mesma medida em que desenvolveu a burguesia. Na proporção em que os burgueses se tornavam mais ricos, tornavam-se os proletários mais numerosos.” (ENGELS, 1982). Há, portanto, uma clara dependência entre os desenvolvimentos da burguesia, do capital e do próprio proletariado. Porém, se, como visto, em Engels o poder político é visto como um resultado final após um processo de conquistas sociais e

econômicas, o *Manifesto* traz mediações fundamentais tanto para entender a própria crítica da política, como para a compreensão de como o proletariado se insere na luta contra a burguesia:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria, e do mercado mundial, conquistou, finalmente, **a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno.** O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (ENGELS; MARX, 2010, p. 42, grifo nosso).

O modo como há um progresso político correspondente à “cada etapa da evolução percorrida pela burguesia”, culminando, “finalmente” após a conquista no mercado mundial, na “soberania política exclusiva no Estado representativo moderno” é próprio do *Manifesto*. Tal ponto explicita que a política afetada não só como consequência final da luta entre burguesia e os elementos feudais, mas também aparece e se altera durante toda a conquista desta classe. Ademais, a forma política assumida pelo poder político da burguesia após o desenvolvimento é historicamente determinada pelo texto de Marx e Engels como o Estado representativo moderno e no texto apenas de Engels como “introdução do sistema representativo” (ENGELS, 1982). Porém, neste tal sistema representativo é identificada explicita e unicamente com as “monarquias constitucionais” (ENGELS, 1982), o que não se vê no *Manifesto*. Neste, não a monarquia, mas o próprio executivo do Estado moderno é visto como “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ENGELS; MARX, 2010, p. 42). Não é, pois, um atributo exclusivo da monarquia, mas sim do executivo do Estado moderno é gerido por um comitê dos burgueses (cf. SARTORI, 2012)

Assim, nesse aspecto, sem dúvidas, a crítica da política aparece em sua maior concretude no próprio *Manifesto*. Além de trazer uma complexidade maior em relação ao desenvolvimento econômico e suas consequências (no plural) ao progresso político, o texto não se resume a demonstrar que é apenas no governo monárquico que a burguesia alcança a conquista definitiva e exclusiva do poder político, mas traz uma abrangência maior considerando o próprio Estado moderno como estando atrelado ao desenvolvimento burguês.

Há no *Manifesto*, também, uma percepção muito clara e única de como a utilização da própria esfera política pela burguesia engendra a organização política do proletariado. Durante os citados diferentes progressos correspondentes políticos em relação ao desenvolvimento econômico burguês, o texto de Marx e Engels afirma que a burguesia se utiliza explicitamente do proletariado como uma arma contra os elementos feudais. Porém, nesse processo, faz com que o próprio proletariado se organize politicamente. Assim, o início da organização do proletariado enquanto classe, “não é ainda resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado.” (ENGELS; MARX, 2010, p. 47).

Reafirma, porém, o *Manifesto* que desde o momento do surgimento — ou seja, mesmo enquanto é utilizado pela burguesia — o proletariado já se encontra em luta contra esta: “o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento, mesmo que sua luta contra a burguesia tenha começado com a sua existência” (ENGELS; MARX, 2010, p. 47) E, finalmente, após uma longa luta que inicia-se em lutas de

“operários isolados”, passa a se dar entre a burguesia e “operários de um mesmo ramo da fábrica” e, depois, de uma “mesma localidade” (ENGELS; MARX, 2010, p. 48), — ou seja, unindo-se progressivamente, tendo como fio condutor o próprio modo como o capitalismo explora o proletariado — até se dar enquanto classe:

Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional⁵, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união que os burgueses da Idade média, com seus caminhos vicinais, levaram séculos a realizar os proletários modernos realizam em poucos anos por meio das ferrovias. (ENGELS; MARX, 2010, p. 48, grifos nosso).

Assim, por meio do processo de conquista política burguesa no Estado moderno, no *Manifesto*, a burguesia se utiliza do proletariado. Com o avançar das relações de produção burguesa e com as próprias lutas, o proletariado se torna uma classe, travando sua própria luta política, que, nada mais é, resultado das lutas econômicas e sociais. Toda essa série de mediações que envolve a organização do proletariado em classe e em partido político — por mais que por partido não se possa ter o conceito moderno da categoria (cf. CLAUDIN, 1985) — não aparece em *Princípios Básicos do Comunismo* de Engels. Parece-nos que tais questões são contribuições de de Marx, tendo em vista o modo pelo qual em 1848 Marx já realizara “a superação da política, que Marx efetuara na transição ao seu pensamento original (1843/1844)”. (CHASIN, 2017, p. 26), já havendo, pois, um pensamento propriamente marxiano.

Política, poder político e revolução

Tanto o *Manifesto* como os *Princípios básicos do comunismo* colocam a conquista do poder político e a revolução como necessidades para o proletariado se emancipar. Isso não se altera. A grande questão é o modo mais ou menos mediado que a revolução aparece nos textos.

Começemos com o primeiro. Ao responder à pergunta “que curso de desenvolvimento tomará essa revolução?” (ENGELS, 1982), Engels afirma que:

Ela (*a revolução*) estabelecerá, antes do mais, uma **Constituição democrática do Estado**, e com ela, **directa ou indirectamente, o domínio político do proletariado**. **Directamente**, em Inglaterra, onde os proletários constituem já a maioria do povo. **Indirectamente**, em França e na Alemanha, onde a maioria do povo não consiste apenas em proletários mas também em pequenos camponeses e pequenos burgueses, os quais começam a estar envolvidas no processo de passagem ao proletariado, se tornam cada vez mais dependentes deste em todos os seus interesses políticos e, portanto, têm de se acomodar em breve às reivindicações do proletariado. Isto custará, talvez, uma segunda luta, a qual, porém, só pode terminar com a vitória do proletariado. A democracia seria totalmente inútil para o proletariado se ela não fosse utilizada imediatamente como meio para a obtenção de outras medidas que ataquem directamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado. As medidas principais, tal como decorrem, já agora, como consequência necessária, das condições existentes, são as seguintes (ENGELS, 1982, grifo nosso)

Primeiramente, destaca-se a questão da conquista direta ou indireta do domínio político pelo proletariado. Tal afirmação não volta a aparecer no *Manifesto*, sendo, pois, exclusiva de Engels. Atentando-se para as particularidades dos países europeus, ele coloca dois caminhos para a conquista política, tendo

por base a proporção do proletariado no povo. Por outro lado, o *Manifesto* trata a questão de maneira bastante mais geral:

Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas. (ENGELS; MARX, 2010, p. 58)

Não há duas possibilidades taxativas para os diferentes países. Há, neste ponto, uma questão: o que pode parecer um ponto “forte” de Engel, pode também ser um reducionismo de seu texto. É interessante o modo como ele traz a diferença no proletariado nas diferentes realidades europeia, mas, ao mesmo tempo, tenta antecipar o modo como a conquista do poder político deveria se dar. Justamente, é o que Lênin aponta sobre o que *Manifesto* faz para não cair em utopias:

Pelo que substituir a máquina quebrada do Estado? A essa pergunta Marx respondia, em 1847, no manifesto comunista, ainda de modo completamente abstrato - ou melhor, indicando tarefas, mas não os meios para resolvê-las. Substituí-la pela ‘elevação do proletariado como classe dominante’, pela ‘conquista da democracia’ - está era a resposta do Manifesto Comunista (...) sem cair em utopias, Marx esperava da experiência do movimento de massas a resposta à questão de quais formas concretas tomaria essa organização do proletariado como classe dominante, de que maneira precisa essa organização se conciliaria com a mais completa e a mais consequente “conquista da democracia (LENIN, 2017, p. 64).

Assim, há, no mínimo, uma óbvia diferença entre os textos apenas de Engels e de Marx e Engels. Percebe-se que a escolha de Engels sobre a conquista política foi, após o contato com Marx, tratada de maneira mais geral. Inclusive, Lênin atribui esse apontamento exclusivamente a Marx, como se vê na citação acima. Ele não menciona o nome de Engels, mas apenas de Marx sobre a resposta dada no *Manifesto*. Não sabemos se há percepção parecida no autor ou foi um mero erro de remissão de autoria, mas não deixa de ser curioso neste momento Lênin se remeter apenas a Marx.

Há, ainda, em relação ao processo revolucionário tratado nos dois textos, outra diferença: o modo pelo qual o poder político deveria ser utilizado pelo proletariado após sua suposta conquista. Ambos, de maneira geral, traçam o modo pelo qual este deve ser direcionado para atacar a propriedade privada; destruí-la; suprimi-la. Mas, neste ataque, o Estado e a política aparecem com papéis bastante distintos nos dois textos.

No *Manifesto*, a “supremacia política do proletariado” deveria ser utilizada para “arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas. (ENGELS; MARX, 2010, p. 58). Assim, o Estado aparece como meio de centralização dos instrumentos de produção. Mas, a caracterização desse Estado, neste momento, é indispensável para se compreender como o fim da política aparece: o Estado é “o proletariado organizado como classe”. A questão fica ainda mais latente no decorrer do texto. Após a propositura de 10 medidas revolucionárias, o *Manifesto* é taxativo em afirmar que as forças produtivas, concentradas por meio do

Estado, ou seja do proletariado organizado como classe, devem ser, ao final, concentradas nas mãos dos indivíduos associados:

Quando no curso da história desaparecerem os antagonismos de classes e toda a **produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados**, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (ENGELS; MARX, 2010, p. 59, grifos nosso).

Ou seja, há uma definição muito clara do que é o poder político e qual sua função em uma sociedade de classes: uma classe utiliza-se do poder político para oprimir outras. Sem classes, não há possibilidades/necessidade de tal opressão. E o fim das classes ocorre com a concentração de “toda a produção (...) nas mãos dos indivíduos associados” como visto acima. O poder político é, pois, utilizado para destruir “as antigas relações de produção”, as classes e própria dominação da classe proletária. Assim, o poder político não visa o fortalecimento do Estado ou da própria esfera da política, mas sim tem como objetivo destruir a propriedade privada e a sociedade de classes. Há também, além da imediata visão centralizadora das forças produtivas nas mãos do Estado, em última instância o fato de que essa centralização devesse se dar nas mãos dos indivíduos associados. Mais do que isso, com a supressão da sociedade burguesa e a consolidação da associação que surge em seu lugar, o “**poder político**” **perde o “caráter público”**. Portanto, a política é destruída, tendo em vista o fim da base material que a engendra⁶.

Assim, deixando ainda mais claro: a política não é fortalecida ao longo do processo revolucionário, mas sim destruída para o *Manifesto*. A luta do proletariado perpassa, sem dúvidas, pela política, mas para a sua destruição e das bases que possibilitam sua existência. Por outro lado, a própria crítica da política o seu fim e o papel do Estado não são explícitos no texto de Engels. A seguinte citação pode ser bastante elucidativa:

Uma vez realizado o primeiro ataque radical contra a propriedade privada, o proletariado ver-se-á obrigado a seguir sempre para diante, a **concentrar cada vez mais nas mãos do Estado todo o capital**, toda a agricultura, toda a indústria, todo o transporte, toda a troca. É para aí que todas estas medidas apontam; e elas tornar-se-ão aplicáveis e desenvolverão as suas consequências **centralizadoras** na precisa medida em que as forças produtivas do país sejam multiplicadas pelo trabalho do proletariado. Finalmente, quando todo o capital, toda a produção e toda a troca estiverem concentrados nas mãos da **nação**, a propriedade privada desaparecerá por si própria, o dinheiro tornar-se-á supérfluo e a produção aumentará tanto e os homens transformar-se-ão tanto, que poderão igualmente tombar as últimas formas de intercâmbio da antiga sociedade. (ENGELS, 1982, grifo nosso)

Conforme os grifos, a centralização nas mãos do Estado aparece de maneira bastante explícita e as ressalvas feitas ao Estado no *Manifesto* neste momento de transição — “proletariado organizado como classe” (ENGELS; MARX, 2010, p. 58) — não aparecem. Engels tem na concentração das forças produtivas nas mãos desse Estado ainda estranhado uma etapa mais rígida e fixa do que o *Manifesto*. As medidas

revolucionárias são vistas enquanto medidas necessárias para centralizar a produção no Estado. Por outro lado, o *Manifesto* traz a importante mediação de que ao final, trata-se de centralizar as forças produtivas nas mãos dos indivíduos associados.

A “confusão” feita por Engels em relação ao papel da política, do Estado e a revolução fica mais nítida quando volta-se os olhos para como as categorias da nação e do Estado não são claramente explicitadas na citação anterior ou mesmo ao longo do texto. Primeiramente, Engels afirma que se visa “concentrar cada vez mais nas mãos do Estado” (ENGELS, 1982). Em seguida, que “Finalmente, quando todo o capital, toda a produção e toda a troca estiverem concentrados nas mãos da nação (...)” (ENGELS, 1982). Assim, resta o empasse: existe uma dicotomia entre o que o autor considera com Estado e com nação? Por nação, Engels estaria considerando uma forma de organização social diferente da forma Estado e afirmando o fim da política? Essa poderia ser uma alternativa levantada, o que nos levaria a concluir que Engels também explicitaria o fim da política, assim como no *Manifesto*.

Porém, analisando o texto em sua completude, tal hipótese não se concretiza. A categoria “nação” aparece em outros momentos do texto, principalmente nas medidas revolucionárias que deveriam ser instauradas pelo proletariado após a conquista do poder político:

Multiplicação do número de fábricas, oficinas, caminhos-de-ferro e navios nacionais, cultivo de todas as terras e melhoramento das já cultivadas, na mesma proporção em que se multiplicarem os capitais e os operários que se encontram à disposição da **nação**. (...) Concentração de todo o sistema de transportes nas mãos da **nação**.⁷ (ENGELS, 1982, grifo nosso)

Assim, pelo fato de a nação já aparecer anteriormente ao fim do processo revolucionário e logo após a conquista do poder político, e, inclusive, pressupondo este para que as forças produtivas fossem concentradas em si, não é possível que por nação Engels estivesse se referindo a uma forma de organização social posterior ao fim do Estado. Faz-se muito mais provável que nação apareça como um sinônimo de Estado.

Enfim, Engels vê como uma necessidade a concentração nas mãos do Estado/nação e, ao final dessa concentração, a propriedade privada desapareceria “por si própria” (ENGELS, 1982). O fim da propriedade privada seria uma consequência dessa centralização nas mãos do Estado, por meio da política. Como visto anteriormente, no *Manifesto* aparece de maneira diversa: “toda a produção” deve ser “concentrada nas mãos dos indivíduos associados” (ENGELS; MARX, 2010, p. 59) para que o poder público perca o caráter político e para o fim da propriedade privada e das classes sociais. Não é com toda a concentração nas mãos do Estado que o fim da propriedade privada automaticamente ocorre, com depreende-se do texto de Engels. Não é após a concentração nas mãos do Estado que a propriedade privada desaparece “por si própria.” Não é a existência do Estado que engendra e possibilita a propriedade privada, não sendo, pois, o fim da propriedade a consequência das forças produtivas na mão do Estado. Ao contrário, o fim da propriedade privada e das classes sociais é que possibilita a supressão da política e do Estado no *Manifesto*.

Mesmo sem explicitar o fim da política e do Estado; mesmo sem trazer todas as mediações presentes no *Manifesto*, Engels parece compreender na sociedade comunista o Estado não mais existirá. Isso pode ser claramente demonstrado com as seguintes passagens de seu texto

Desta maneira, a **sociedade** produzirá produtos bastantes para poder organizar de tal modo a repartição que as necessidades de todos os membros sejam satisfeitas. (...) A existência de classes proveio da divisão do trabalho, e a divisão do trabalho, no seu modo actual, desaparecerá totalmente. (...) Deste modo, **a sociedade organizada numa base comunista** dará aos seus membros oportunidade de porem em acção, integralmente, as suas aptidões integralmente desenvolvidas. Com isso, porém, desaparecerão também necessariamente as diversas classes. De tal maneira que, por um lado, a sociedade organizada numa base comunista é incompatível com a existência de classes e, por outro lado, a edificação dessa sociedade fornece ela própria os meios para suprimir essas diferenças de classes. (...) **A associação geral de todos os membros da sociedade para a exploração comum e planificada das forças de produção**, a expansão da produção num grau tal que satisfaça as necessidades de todos, a liquidação da situação em que as necessidades de uns são satisfeitas à custa dos outros, a aniquilação total das classes e dos seus antagonismos, o desenvolvimento integral das capacidades de todos os membros da sociedade por meio da eliminação da divisão do trabalho até agora vigente, por meio da educação industrial, por meio da troca de actividades, por meio da participação de todos nos prazeres criados por todos, por meio da fusão da cidade e do campo – eis os resultados principais da abolição da propriedade privada. (...) A propriedade privada terá, portanto, igualmente de ser abolida e, em seu lugar, estabelecer-se-á a utilização comum de todos os instrumentos de produção e a repartição de todos os produtos segundo acordo comum, **ou a chamada comunidade dos bens**. A abolição da propriedade privada é mesmo a expressão mais breve e mais característica desta transformação de toda a ordem social necessariamente resultante do desenvolvimento da indústria, e por isso é com razão avançada pelos comunistas como reivindicação principal. (ENGELS, 1982, grifo nosso)

Não é exatamente essa a diferença do texto de Engels para o *Manifesto*. Engels não transporta a Estado para o comunismo; para uma sociedade sem classes e sem propriedade privada. Fica claro em seu texto que aqueles não existiram em uma sociedade baseada nessa nova forma de produção.

O que não está presente no texto de Engels é a maneira direta que o fim da política aparece como uma necessidade de ser reafirmada explícita e diretamente como no *Manifesto*; o modo como o fim da política, ou melhor, a destruição das bases materiais que engendram a sociedade de classes, a divisão hierarquizada do trabalho e, conseqüentemente, a esfera da política, deve ser visto enquanto um horizonte visado mesmo no período de transição. O Estado e política aparecem no *Manifesto* como meios centralizadores e como meios de garantir o processo revolucionário, mas nunca enquanto fins em si mesmos, nunca enquanto fins da centralização da produção. É nos indivíduos associados que a produção deve ser centralizada, mesmo que por meio do Estado.

O *Manifesto*, ao nosso ver, traz a crítica da política de maneira tão explícita e direta que faz com a centralização no Estado/nação da produção até a total concentração, o que levaria ao fim da propriedade privada “por si” (ENGELS, 1982) seja uma afirmação apenas de Engels, e tenha sido alterada, por Marx, para a convecção do *Manifesto*. Para nós, do texto de Engels, é possível vislumbrar um fortalecimento e uma centralidade bastante grande do Estado e da política: um Estado cada vez mais forte e controlador da produção, até o absoluto, o que levaria ao fim da propriedade privada. Tal fortalecimento do Estado e centralidade da própria esfera da política não pode, de forma alguma, ser vista no *Manifesto*.

Sendo ainda mais direto, acreditamos que o texto de Engels abriria margens mais facilmente para deturpações da própria crítica política presente nos textos de Marx. Deturpações, inclusive, vivenciadas, principalmente sob o que Lukács denominou de Stalinismo (LUKÁCS, 2017). Não que dos textos de Engels possam ser retiradas bases teóricas para o que ocorreu nesse período da U.R.S.S. O que pontuamos é que, não sendo tão preciso, o texto de Engels poderia deixar lacunas que facilitariam a deturpação teóricas. Enfim, a centralidade do Estado nesse suposto momento de transição não pode ser, jamais, retirada dos textos de Marx. Nas palavras de Livia Cotrim, referindo justamente a essa questão:

Frise-se que não se trata da substituição de uma máquina de dominação por outra, isto é, do estado burguês por um ‘estado proletário’, aberração teoricamente insustentável e praticamente retrógrada, pois conteria a revolução nas fronteiras políticas, e assim, ao invés de avançar para a supressão das classes, estancaria na reafirmação de uma delas – portanto, da divisão social do trabalho e conseqüente separação entre o conjunto das capacidades genéricas e os indivíduos. (COTRIM, 2005, grifos nosso)

Há, assim, uma clara diferença entre a crítica da política no *Manifesto* e em *Princípio Básico do Comunismo*.

Marx – o contribuinte da crítica da política no Manifesto:

Neste tópico reforçaremos a principal hipótese proposta neste pequeno artigo: de que Marx foi responsável pela contribuição decisiva da crítica da política presente no *Manifesto*. Assim, tanto concordamos com Rubel⁸, como pretendemos estender as conclusões feitas por ele sobre o papel de Marx para a categoria da política especificamente. Ou seja, Rubel, ao nosso ver, percebe o problema, mas não o enxerga em todas as suas consequências. Assim, Marx realmente “llenar la laguna dejada por Engels en cuanto al verdadero carácter del poder político instaurado por el proletariado triunfante: (...) a una preocupación constante: la de no perder de vista el vicio constitutivo de todo poder político, la alienación humana.”. E mais: Marx, neste preenchimento da lacuna, é enfático em reafirmar o modo como a centralização nas mãos do Estado não poderia ser vista jamais como um fim; ele, no *Manifesto*, não vê um fortalecimento do Estado e da política neste momento de transição.

Mesmo diante de uma revolução iminente na Europa-ocidental, Marx, para nós, é o grande responsável por explicitar a crítica da política no *Manifesto*; por demonstrar, nos termos de Chasin, que existe uma determinação ontonegativa na politicidade (CHASIN, 2012); que, nem mesmo diante da eminência da revolucionária, Marx se furta de demonstrar as debilidades e limitações inerentes à esfera política. Diante de uma brevíssima retrospectiva na crítica da política elaborada por Marx até o *Manifesto*, é possível vislumbrar o modo como tal afirmação feita por nós não paira no ar.

Marx já demonstra desde *Sobre a questão judaica*, a partir da emancipação política da burguesia, que há a cisão da existência humana em sociedade civil-burguesa (privado) e Estado (público), aparecendo a política enquanto mediação entre as esferas públicas e privada (MARX, 2010). A emancipação política só se completa com a cisão entre público e privado, com assuntos que antes eram públicos sendo relegados à esfera privada, enquanto a esfera pública — representada pelo Estado e mediada política — aparece como uma comunidade pública, composta pelo homem genérico “irreal” (MARX, 2010, p. 40).

Assim, a política, relegada à “criatura” do Estado, composta por esses entes genéricos, passa a representar a esfera pública e deter o poder político. O burguês é libertado por meio da emancipação política. A produção que anteriormente detinha, ainda, um caráter público e privado, passa, agora, a ser privada: e o poder político, também antes público e privado é relegado ao público; o burguês é assim libertado e o poder público adquire o caráter político por meio do Estado. O poder político é relegado a um “ente estranho”. (MARX, 2010, p. 40). Com isso, o poder público adquire completamente o caráter político. Porém, a relação entre estado político e sociedade-civil-burguesa é “tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra.” (MARX, 2010, p.40-41). A base material desse estado é a própria sociedade civil-burguesa. Em contraposição à aparente oposição — que, progressivamente, desde *Sobre a questão judaica* até *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* vai se tornando cada vez mais aparente—, encontra-se a dominação deste sob aquele; da base material sobre uma “soberania fictícia” (SARTORI, 2012).

Por outro lado, o indivíduo burguês, detentor dos meios de produção e explorador da força de trabalho — que se apropria dos produtos do trabalho de forma privada (ENGELS, MARX, p. 50) — passa a, imediatamente, controlar a esfera da produção e agir livremente: “encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele.” (MARX, 2010, p. 40). Poderes estranhos estes que aparecem como o Estado, pela esfera política.

Resumindo a questão, nos próprios termos do *Manifesto*, na sociedade burguesa o poder político se encontra nas mãos do Estado, de forma que “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (ENGELS, MARX, 2010, p. 42). Se por um lado a esfera privada é responsável pelo controle produtivo, o controle político se encontra, nas mãos do Estado, enquanto uma potência estranha a essa sociedade, por mais que engendradora pelas suas próprias relações materiais. Porém, o próprio controle produtivo também se coloca cindido de seu processo se encontra nas mãos do capital:

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica.” (ENGELS, MARX, 2010, p. 41).

Assim, retomando o problema de maneira explícita, as medidas revolucionárias são tomadas em uma sociedade de transição, em que o controle do poder político se encontraria nas mãos do proletariado, tratando-se de destruir esse duplo grau de separação na sociedade, remetendo-se o controle da produção para os indivíduos: “Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o caráter político.” (ENGELS, MARX, 2010, p. 59). Em *Miséria da Filosofia*, escrito por Marx no mesmo do *Manifesto*, o autor afirma claramente que “Querirá isto dizer que depois da queda da antiga sociedade haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se num novo poder político? Não.” (MARX, 2017, p. 147). Indo além: “A classe trabalhadora substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação

que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.” (MARX, 2017, p. 147).

Assim, devido à proximidade dos dois textos e todo o demais que foi exposto, é possível afirmar que Marx foi o contribuinte para a crítica da política no *Manifesto*, não Engels.

Conclusão

A conclusão feita após a exposição é que mesmo o *Manifesto* tendo sendo um texto escrito a quatro mãos, cabe à Marx, e não a Engels, os méritos de ter desenvolvido completamente a crítica da política presente no texto. O esboço de texto não consegue se aproximar do grau de completude e concretude do *Manifesto*. A afirmação se refere especificamente ao tema, inserindo-se em uma tradição que busca demonstrar as diferenças entre Marx e Engels, desvencilhando o modo como esses autores são vistos, por vezes, como meras continuções uns dos outros. Ademais, a própria crítica da política no texto se insere em um desenvolvimento do que Marx começara a esboçar em meados de 1843: uma visão ontonegativa da politicidade. Mesmo diante de um processo revolucionário europeu, Marx não se furta de afirmar as limitações da política.

Referências:

- CHASIN, José. **Determinação ontonegativa da politicidade**. Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas, n. 15, ano VIII, pp. 42-59, abr. 2012.
- CHASIN, José. **Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica** – São Paulo: Boitempo, 2009.
- CLAUDIN, Fernando. **Marx-Engels y la revolucion de 1848**. – México: Siglo XX editores, 1985.
- COTRIM, Livia. J. Chasin – Metapolítica e emancipação humana geral. **Caderno de Ciências sociais**. 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/10360627/Jos%C3%A9_Chasin_-_Metapol%C3%ADtica_e_Emancipa%C3%A7%C3%A3o_Humana. Acesso em: 21 de maio de 2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Grandezas e limites do Manifesto**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1997/10/01/grandezas-e-limites-do-manifesto/>. Acesso em: janeiro de 2020.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**, [organização e introdução Osvaldo Coggiola e tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. – São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. **Princípios básicos do Comunismo**, [tradução de José Barata-Moura]. – Lisboa: Edições progresso, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.html>. Acesso em: 21 de maio de 2020.
- HAROLD, J. Laski. **O Manifesto Comunista de 1848** in ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Manifesto Comunista, [organização e introdução Osvaldo Coggiola e tradução de Álvaro Pina o Ivana Jinkings]. – São Paulo: Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, György. **El asalto a la razón**, [tradução de Wenceslao Roces]. – México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- LUKÁCS, György. **Uma conversa com György Lukács**. Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas, n. 2, ano XII, pp. 242-51, nov. 2017.
- MARX, Karl. **Miséria da filosofia**, [tradução de José Paulo Netto]. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. – São Paulo: Boitempo, 2010

NETTO, José Paulo. **Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista**. [1998?] Disponível em: <http://www.pcb.org.br/portal/docs/elementos.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

PAÇO CUNHA, E. **Engels, marxólogo: dialética e política**. Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas n. 20. Belo Horizonte, 2015

RUBEL, Maximilien. **Karl Marx - Ensayo de Biografía Intelectual**, [tradução de Saul Karsz]. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1957.

SARTORI, Vitor. **Marx – Apontamentos sobre estado, sociedade civil-burguesa e revolução em Marx**. Verinotio – revista on-line de filosofia e ciências humanas, n. 14, ano VIII, out. 2012.

SILVA, L. **O estilo literário de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Notas:

¹ UFMG. Graduação em Direito em andamento. Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3221995324034812> Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1762-2186> E-mail: juliomotta1995@gmail.com

² “Quase não menciona o problema do poder na nova sociedade,” (tradução nossa)

³ “Com uma descrição quase total no que se refere a organização da sociedade comunista, esboça em troca uma concepção de poder proletário que contém o germe de sua futura teoria: ‘Constituição do proletariado enquanto classe, supressão da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.’” (tradução nossa)

⁴ “completar a lacuna deixada por Engels quanto ao verdadeiro caráter do poder político instaurado pelo proletariado triunfante: (...) a uma preocupação constante: a de não perder de vista o vício constitutivo de todo poder político, a alienação humana.”

⁵ “A luta é nacional, mas não no sentido burguês da palavra.” (ENGELS; MARX, 2010, p. 56)

⁶ “Não sendo, pois, a politicidade um atributo inerente ao ser social.” (COTRIM, 2007)

⁷ Engels, mesmo dando relativa importância ao Estado e a nação, não cai no “erro” de considerar a revolução em um só país: “A revolução comunista não será, portanto, uma revolução simplesmente nacional; será uma revolução que se realizará simultaneamente em todos os países civilizados, isto é, pelo menos em Inglaterra, na América, em França e na Alemanha. (...) Ela é uma revolução universal e terá, portanto, também um âmbito universal.” (ENGELS, 1982).

⁸ A concordância é, pois, apenas sobre tal ponto. O texto de Rubel, sem dúvidas, apresenta inúmeros problemas e debilidades, mas o autor, ao nosso ver, acerta neste sentido

Recebido em: 30.09.2020

Aprovado em: 09.11.2020